4. Considerações Finais

O objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso foi trazer à tona a discussão sobre a rede de atendimento à mulher em situação de violência, mais pontualmente sobre um dos serviços especializados: as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (Deams). Para tal, transitamos por assuntos que perpassam à temática da violência contra a mulher, como desigualdades e violência de gênero, etapas/fases que constituem a prática da violência e as formas como essa violência pode atingir sua vítima preferencial: a mulher, pelo simples fato de ser mulher.

Abordamos através dos Planos Nacionais, da Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha as principais questões relacionadas à atual legislação brasileira para prevenir, combater e punir esse crime. Bem como a importância das ações descritas nesses documentos serem periodicamente monitoradas e avaliadas, tanto pelos governos (Federal, estaduais e municipais), quanto pela população e usuárias dos serviços que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

No decorrer da pesquisa para a construção deste trabalho, algumas questões foram observadas no que tange a rede de atendimento à mulher em situação de violência. A primeira diz respeito à falta articulação entre os serviços tanto especializados quanto não especializados de atendimento à mulher. Ou seja, é primordial que aja uma articulação com os serviços da rede de atendimento à mulher e isso pode se promover através de capacitações e reuniões periódicas com os profissionais que trabalham com essa temática. O que permitiria, dessa forma, a construção de vínculos mais estreitos entre os serviços e seus funcionários, a fim de garantir um atendimento de qualidade, mais eficaz e humanizado possível às mulheres que necessitam dos serviços. Ressaltando que o trabalho em rede surgiu para tentar vencer a desarticulação e fragmentação dos serviços e tem por finalidade cumprir os eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência

contra as Mulheres, quais sejam: combate, prevenção, garantia dos direitos e assistência, além de ampliar tais serviços.

Outra questão que chamou nossa atenção foi referente ao quantitativo de Deams existentes no estado do Rio de Janeiro assim como a dificuldade de encontrar às áreas de abrangência correspondente a cada Deam.

No que concerne ao número de Deams, é extremamente importante aumentar a oferta, pois conforme abordamos no último capítulo, as 14 Deams responsáveis por abrangerem o estado do Rio de Janeiro são insuficientes em recursos humanos, financeiros e material. Também são inábeis para atender o quantitativo de mulheres de todo o estado, julgar os crimes cometidos contra elas, bem como os mecanismos de proteção disponíveis para aquelas que denunciam os crimes dos quais foram alvo.

Cabe ressaltar que, no presente estudo, não foi possível fazer uma pesquisa qualitativa acerca do funcionamento das Deams do estado do Rio de Janeiro, portanto deixamos a sugestão para futuras pesquisas. Entendemos que tal estudo contribuiria de forma a identificar disformidades de procedimentos no que concernem às orientações indicadas na Norma Técnica de Padronização das Deams, principalmente em relação à formação e capacitação dos agentes públicos que atendem as mulheres nas delegacias, que fazem as ações previstas na Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a Mulher funcionarem.

Ressaltamos a importância do trabalho proposto. Entretanto, em função da complexidade do assunto, sabemos não tê-lo esgotado, mas acreditamos que esse estudo poderá estimular não só o aprofundamento, como novos estudos sobre o tema.